

S U M Á R I O	
Atos do Poder Legislativo	1
Atos do Poder Executivo	1
Gabinete do Governador.....	
Governadoria do Estado.....	
Gabinete do Vice-Governador.....	
Vice-Governadoria do Estado.....	
<hr/>	
ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)	
Casa Civil.....	
Gabinete do Governador.....	
Governo.....	
Planejamento e Gestão.....	
Fazenda.....	
Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.....	
Polícia Militar.....	
Polícia Civil.....	
Administração Penitenciária.....	
Defesa Civil.....	
Saúde.....	
Educação.....	
Ciência, Tecnologia e Inovação.....	
Transportes e Mobilidade Urbana.....	
Ambiente e Sustentabilidade.....	
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.....	
Cultura e Economia Criativa.....	
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.....	
Esporte e Lazer.....	
Turismo.....	
Controladoria Geral do Estado.....	
Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro.....	
Trabalho e Renda.....	
Extraordinária de Representação do Governo em Brasília.....	
Transformação Digital.....	
Infraestrutura e Cidades.....	
Energia e Economia do Mar.....	
Habitação de Interesse Social.....	
Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável.....	
Mulher.....	
Procuradoria Geral do Estado.....	
<hr/>	
AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO	
REPARTIÇÕES FEDERAIS	

III - operar com transparência as tomadas de decisão relacionadas à gestão das políticas, ações e relatórios de progresso, visando fortale-

lecer a confiança da população quanto aos esforços de recuperação ambiental da Baía de Guanabara;

IV - realizar tomada de decisão baseada no conhecimento técnico-científico e na busca e incorporação de tecnologias e abordagens inovadoras para fundamentar e conduzir as ações de gestão integrada e sustentável do ecossistema da Baía de Guanabara;

V - explorar o uso da ciência social para entender e medir melhor como o comportamento das populações residentes na bacia hidrográfica pode conduzir o uso de recursos naturais, gestão e tomada de decisões que favoreçam ao equilíbrio ambiental e a resiliência do ecossistema;

VI - realizar atividades permanentes de pesquisa e monitoramento de projetos e iniciativas em toda a bacia hidrográfica, para apoiar as tomadas de decisão e acompanhar o progresso e a eficácia das ações de gestão;

VII - reconhecer, apoiar e abraçar os governos locais, os núcleos acadêmicos, o comitê de bacia hidrográfica, e outras entidades locais em atividades de restauração e proteção da bacia hidrográfica;

VIII - antecipar mudanças e alterações nas condições climáticas e ambientais, incluindo tendências de longo prazo de elevação do nível do mar, temperatura, precipitação, usos da terra e outras variáveis causadoras de impactos;

IX - gerenciar de forma aberta, adaptativa e inovadora, todas as oportunidades de novas parcerias que venham a contribuir para o fortalecimento, valorização e melhoria contínua dos ativos ambientais e econômicos da Baía de Guanabara;

X - usar abordagens baseadas na realidade das culturas locais, sempre que apropriado, de modo a produzir benefícios reconhecíveis para as comunidades e contribuir para o alcance de objetivos mais amplos de preservação do ecossistema;

XI - envolver a população para aumentar o número e a diversidade de pessoas que apoiem a realização das atividades de conservação, preservação e restauração necessárias;

XII - apoiar e fomentar iniciativas de lideranças locais femininas, comunidades tradicionais, negócios de impacto socioambiental e micro e pequenos empreendedores da Baía de Guanabara;

XIII - promover a justiça ambiental através do envolvimento identitário, da noção de pertencimento e do tratamento justo de todas as pessoas de alguma forma ligadas ao patrimônio natural da Baía de Guanabara, independentemente de raça, cor, nacionalidade ou renda, na implementação do Acordo.

XIV - projetar a visão da "Baía de Guanabara que queremos" e a ideia de pertencimento para que a população residente na região da Baía de Guanabara incorpore a sua importância e se identifique como parte do ecossistema.

Art. 4º - O CIG-BG terá por atribuição:

I - coordenar, colaborar e viabilizar a integração de instituições, entidades, órgãos e pessoas competentes, atuantes ou juridicamente interessadas na governança e na sustentabilidade da Baía de Guanabara, inclusive mediante a celebração de convênios, contratos, permissões, autorizações ou outras formas de associação, parcerias, ações e regimes legais que contribuam com as finalidades do CIG-BG, desde que em conformidade com estudos de viabilidade técnica, legal, ambiental e urbanística aprovados pelo Conselho Gestor do CIG-BG e pelos demais órgãos e autoridades públicas competentes;

II - executar intervenções diretas no território da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, respeitada a eventual necessidade de delegações e intervenções específicas indiretas;

III - criar, disponibilizar, indicar e/ou valer-se de parcerias que forneçam meios para a execução de ações e medidas de caráter público ou público-privado, destinadas à recuperação, conservação ou promoção das condições naturais, sociais e econômicas da Baía de Guanabara;

IV - captar e administrar recursos, estabelecer e gerir fundos para atividades próprias, assim como prestar auxílio aos municípios e outras entidades na estruturação de projetos que, por sua natureza e escala específicas, necessitem de captação de recursos que possam ser obtidos junto a fundos nacionais e internacionais, públicos ou privados, incentivando a correta gestão territorial sustentável das áreas urbanas ou periurbanas pertencentes a Região Hidrográfica da Baía de Guanabara;

V - atuar na elaboração do Planejamento Estratégico para a implementação da governança, atualização do Plano de Recuperação Ambiental da Baía de Guanabara, Avaliação Ambiental Estratégica e Integrada, Zoneamento Ecológico Econômico e Plano de Gestão Costeira da Baía de Guanabara;

VI - dar suporte às ações do Plano de Área da Baía de Guanabara - PABG junto a INEA;

VII - implantar o Observatório da Baía de Guanabara, envolvendo comitê de bacia hidrográfica, universidades e centros de pesquisa como parceria para a resolução das grandes questões ambientais da Baía;

VIII - apoiar a criação de um sistema de informações públicas para o monitoramento dos dados acerca do fluxo de embarcações da Baía de Guanabara, integrando as informações de sistemas de monitoramento existentes;

IX - desenvolver marca visual e produtos gráficos afins que promovam o reconhecimento do valor do patrimônio natural, ambiental, econômico, social, cultural, paisagístico e de contemplação da Baía de Guanabara;

X - prestar informações em tempo real e sob demanda sobre a Baía de Guanabara;

XI - incentivar a implantação do monitoramento em tempo real, priorizando os parâmetros de qualidade de água mais representativos;

XII - propor soluções integradoras a partir da análise das falhas de coordenação e planejamento entre as instituições partícipes;

XIII - desenvolver uma rede de relacionamentos, prospectar e atrair parceiros públicos e privados;

XIV - promover a adesão e a participação da sociedade para assegurar o cumprimento das metas estabelecidas para a Baía de Guanabara;

XV - estabelecer grupos de trabalho com organizações e redes parceiras para solucionar desafios específicos e realizar ações conjuntas;

XVI - elaborar e realizar encontros técnicos com representantes de diferentes áreas de interesse e que tenham relação com a Baía de Guanabara;

XVII - definir e executar outras atividades a serem estabelecidas, compatíveis com seus objetivos.

Art. 5º - O CIG-BG terá a seguinte estrutura:

I - Conselho Gestor;

II - Conselho Consultivo;

III - Comitê Técnico-Científico;

V - Coordenação Executiva;

VI - Coordenação da Mesa de Integração e de Gestão em Tempo Real;

VII - Coordenação de Projetos, Ativos e Mercado;

VIII - Coordenação de Comunicação, Transparência e Integridade;

IX - Coordenação de Engajamento com Redes Parcerias;

X - Assessoria de Inovação e Tecnologia (LAB), vinculada diretamente à Coordenação Executiva.

Art. 6º - Ficam definidas as seguintes atribuições principais de cada órgão da estrutura funcional do CIG-BG:

I - Conselho Gestor: Planejar, coordenar, realizar, monitorar e avaliar as atividades, ações estratégicas e resultados do CIG-BG.

II - Conselho Consultivo: Órgão colegiado de caráter consultivo que tem a função de prestar apoio ao Conselho Gestor do CIG-BG em suas tomadas de decisão, reunindo representações dos setores público, privado, sociedade civil organizada, comitê de bacia hidrográfica e academia.

III - Comitê Técnico-Científico: Órgão colegiado de caráter consultivo que tem a função de orientar e assessorar o Conselho Gestor do CIG-BG, bem como propor as metas e indicadores de resultado para a melhoria e recuperação da qualidade ambiental e socioeconômica da Baía de Guanabara.

IV - Coordenação Executiva: Definir as políticas e objetivos específicos de cada área. Coordenar a execução dos respectivos planos de ação. Promover a integração do trabalho das equipes. Liderar e trabalhar em conjunto com os gerentes das áreas. Responder pelo planejamento das áreas, pelos resultados das respectivas ações e pela prestação de informações ao Conselho Gestor, ao Comitê Consultivo e Comitê Técnico-Científico.

V - Coordenação da Mesa de Integração e de Gestão em Tempo Real: Possibilitar a integração de novas tecnologias de informação e comunicação com uma gestão compartilhada, interativa, coordenada, e transparente com as diferentes entidades envolvidas. Integrar informações qualificadas de diferentes entidades com competência sobre aspectos específicos da gestão da Baía de Guanabara. Responder pela operação da sala de controle e situação, aparelhada com telas de alta resolução que acompanham o cotidiano da região.

VI - Coordenação de Projetos, Ativos e Mercado: Responder pela área de banco de dados, projetos, parcerias corporativas, parcerias com municípios e com o Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara. Atrair recursos para os projetos necessários para transformar a realidade da região. Montar Banco de Dados de projetos estratégicos e possíveis fontes de financiamento. Auxiliar os municípios e outras entidades na estruturação de projetos para captação em fundos nacionais e internacionais, públicos ou privados. Auxiliar o governo estadual no enquadramento de seus planos nos requisitos de captação de recursos incluindo pré-requisitos para o acesso aos fundos, propostas de financiamento e a formulação de indicadores de acompanhamento apropriados.

VII - Coordenação de Comunicação e Transparência: Mostrar à sociedade o que é a Baía de Guanabara nas suas dimensões físicas, geográficas, ecológicas, históricas e sociais. Levar as pessoas a conhecerem suas múltiplas características. Planejar e reportar mensagens eficazes de forma simples e criativa, com consistência e transparência. Propiciar um fator comunicacional público colaborativo de qualidade, contendo informações confiáveis que possam ser traduzidas aos cidadãos, assim como publicar o boletim informativo da qualidade ambiental da Baía de Guanabara.

VIII - Coordenação de Engajamento com Redes Parceiras: Responsabilizar-se pela interação com instituições locais, organizações da sociedade civil, redes científicas, e organizações internacionais; responsável pela estruturação de um ecossistema que favoreça negociações, articulações, viabilização de projetos, parceria em grupos de trabalho, entre outros. Incentivar a articulação e integração de atores de diferentes setores. Estabelecer grupos de trabalho com organizações e redes parceiras para solucionar questões específicas.

IX - Assessoria de Inovação e Tecnologia (LAB): espaço de experimentação de soluções inovadoras, reuniões presenciais e virtuais, podcast e hackatons. Desenvolver soluções e produtos focados no engajamento da comunidade de usuários ligados ao processo de criação e de avaliação de novos recursos. Apoiar a inovação aberta para a adição de valor, expressa em benefícios econômicos, sociais e ambientais, baseados em soluções inovadoras desenvolvidas por meio da organização de desafios temáticos que vão corresponder a demandas específicas de problemas da Baía de Guanabara. O LAB dará su-

porte a projetos de engajamento social, comunicação, resolução de conflitos, uso do espaço e captação de recursos de forma inovadora, em um processo centrado nos usuários e realizado em plataforma aberta e participativa.

Art. 7º - O Conselho Gestor será formado pelo Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, pelo Presidente do INEA, e por representantes das cinco coordenações que compõem a estrutura do CIG-BG.

Parágrafo Único - Caberá ao Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade a presidência do Conselho Gestor e ao Coordenador Executivo do CIG-BG a sua Secretaria Executiva.

Art. 8º - O Conselho Consultivo deverá reunir-se em até noventa dias a partir da criação do CIG-BG, e será instalado e presidido pelo Governador do Estado, ou na sua ausência ou impedimento, por seu suplente.

§ 1º - O Secretário Executivo do Conselho Consultivo será de livre indicação do Governador do Estado.

§ 2º - O Conselho Consultivo deverá ser formado por entidades que tenham responsabilidade, vinculação ou atuação na Baía de Guanabara, reunindo representantes do setor público, privado, sociedade civil organizada e da academia.

§ 3º Os representantes titulares, e seus respectivos suplentes, do Conselho Consultivo serão indicados pelos titulares das respectivas entidades participantes.

§ 4º Ao Conselho Consultivo compete:

I - Apreciar, prover apoio e orientar a implementação do planejamento e das metas do CIG-BG e suas prioridades estratégicas;

II - Avaliar resultados, projetos e atividades realizados no âmbito do CIG-BG;

III - Apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Conselho Gestor.

§ 5º Poderão ser convidados para reuniões específicas do conselho, em caráter voluntário, representantes de outros órgãos públicos e privados, atuantes em áreas afins, desde que não haja custos para Administração Pública.

§ 6º O Conselho Consultivo reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes ao ano e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, com antecedência mínima de 15 dias, por correspondência eletrônica oficial.

§ 7º O Conselho Consultivo deverá produzir semestralmente relatório de recomendações ao Conselho Gestor.

§ 8º O quórum de reunião do Conselho é de maioria absoluta e o quórum de aprovação do relatório de recomendações por maioria simples.

§ 9º O funcionamento do Conselho Consultivo será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

Art. 9º - O Comitê Técnico-Científico - CTC deverá se reunir em até sessenta dias, a partir da criação do CIG-BG, e será instalado e presidido pelo Presidente do Instituto Estadual do Ambiente, ou na sua ausência ou impedimento, por seu suplente. O secretário executivo do comitê será de sua livre indicação.

§ 1º - O CTC contará com 7 (sete) membros, todos nomeados pelo Secretário de Estado de Ambiente e Sustentabilidade, e terá a seguinte composição:

I - O Presidente do INEA, que o presidirá;

II - 2 (dois) servidores de nível superior do quadro permanente da SEAS e/ou INEA;

III - 2 (dois) membros entre dirigentes ou titulares de cargos equivalentes em unidades de pesquisa de instituições de ensino; e

IV - 2 (dois) membros convidados, representantes da comunidade científica, atuantes em áreas afins às da SEAS e do INEA.

§ 2º - Os membros mencionados nos incisos II, III e IV terão mandato de 3 (três) anos, admitida uma única recondução.

§ 3º - Ao CTC compete:

I - Apreciar a implementação das ações do CIG-BG e suas prioridades estratégicas;

II - Propor metas e indicadores de resultado da qualidade ambiental e socioeconômica que beneficiem todo o ecossistema hídrico, o espelho d'água da Baía, e o habitat dos municípios da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara;

III - Assessorar o Conselho Gestor no estabelecimento de critérios de avaliação de desempenho referentes a indicadores de qualidade ambiental, social e econômica da bacia drenante e do espelho d'água da Baía de Guanabara;

IV - Monitorar no tempo o desempenho dos indicadores de qualidade ambiental e socioeconômica da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, e do seu espelho d'água, reportando periodicamente ao Conselho Gestor através de relatórios de avaliação de resultados;

V - Produzir relatório anual síntese com avaliação de resultados, recomendações e metas atualizadas dos indicadores de melhoria da qualidade ambiental de Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e seu espelho d'água.

VI - Apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Conselho Gestor e Conselho Consultivo.

DIÁRIO OFICIAL PARTE I - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS:

As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio e Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO:

Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901
Tels.: (21) 2334-3242 e 2334-3244

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: (21) 2717-7840.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

RIO - Praça Pio X, nº 55, 6º andar - Centro - Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2332-6549
Email.: agerio@ioerj.rj.gov.br
Atendimento das 8h às 17h

NITERÓI - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.
Tel: (21) 2717-4427 - E-mail: agenit@ioerj.rj.gov.br
Atendimento das 8h às 17h.

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:

cm/col _____ **R\$ 132,00**

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.



Patrícia Damasceno
Diretora-Presidente

Flávio Cid
Diretor Administrativo

Rodrigo M. Caldas
Diretor Financeiro

Jefferson Woldaynsky
Diretor Industrial

§ 4º - Poderão ser convidados para reuniões específicas do comitê, em caráter voluntário, representantes de outros órgãos da Administração Pública e de pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa, atuantes em áreas afins, desde que não haja custos para a administração pública.

§ 5º - O CTC reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, quatro vezes ao ano e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, com antecedência mínima de 15 dias, por correspondência eletrônica oficial.

§ 6º - O quórum de reunião do CTC é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 7º - O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Comitê.

Art. 10º - Ficam definidas como fontes preferenciais de recurso para o estabelecimento do Programa Guanabara Azul o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI.

Parágrafo Único - Os recursos destinados à execução do Programa

Guanabara Azul, oriundos de entidades de fomento nacionais e internacionais, do governo federal, aportes diretamente realizados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, entre outros, serão incorporados à programação orçamentária da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, para execução neste exercício financeiro e nos exercícios subsequentes, devendo, para tanto, constarem da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e do Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 11º - Os procedimentos de contratação relacionados às atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Programa Guanabara Azul serão realizados de acordo com as normas e políticas de aquisições das instâncias financiadoras, observado o disposto no art. 42, § 5º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º Os procedimentos licitatórios relativos às contratações a que se refere o caput deste artigo serão realizados pela Comissão Especial de Licitações do CIG-BG, a ser designada pelo Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

§ 2º As minutas dos editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes, bem como os demais documentos referentes aos procedimentos licitatórios relativos às contratações de que trata o caput

deste artigo, deverão ser submetidos à prévia análise da Assessoria Jurídica da SEAS.

Art. 12º - o Governo do Estado poderá ceder ou alocar ao CIG-BG, servidores da administração pública direta e indireta, com a finalidade de permitir a coordenação, a integração, e a melhor eficiência das funções e atribuições previstas neste Decreto.

Art. 13º - As demais normas sobre a gestão e o funcionamento do CIG-BG, assim como a composição e as funções de cada órgão do CIG-BG, serão determinadas no seu regimento interno a ser estabelecido pelo Conselho Gestor do CIG-BG e publicado em diário oficial.

Art. 14º - A Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - SEAS será responsável pela regulamentação deste Decreto.

Art. 15º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2023
THIAGO PAMPOLHA
Governador em Exercício

Id: 2506392

#RJpronto

INVISTA NO RIO DE JANEIRO

Saiba mais em www.rj.gov.br



TUDO QUE UMA
EMPRESA QUER
O RIO DE JANEIRO
AGORA TEM.

O trabalho do Governo do Estado está transformando o Rio de Janeiro no lugar certo para investir, fazer negócios e crescer. Subimos **6 posições** no ranking de competitividade dos estados. Aqui tem indústria, comércio, serviços, agropecuária, turismo, mão de obra qualificada e muito mais.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO